



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LUCINEIA ALVES DA SILVA**

**O DESAFIO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS  
SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL:  
Um estudo crítico da realidade da educação inclusiva em Sumé / PB.**

**SUMÉ - PB  
2016**

**LUCINEIA ALVES DA SILVA**

**O DESAFIO DA INCLUSÃO DOS ALUNOS  
SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL:  
Um estudo crítico da realidade da educação inclusiva em Sumé / PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais do  
Centro de Desenvolvimento Sustentável  
do Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Sociais.**

**Orientadora: Professora Joyce Gomes de Alencar.**

**SUMÉ - PB  
2016**

S586d

Silva, Lucineia Alves da.

O desafio da inclusão dos alunos surdos na escola municipal: um estudo crítico da realidade da educação inclusiva em Sumé-PB. / Lucineia Alves da Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2016.

57 f.

Orientador<sup>a</sup>: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joyce Gomes de Alencar.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação - Ensino. 2. Grupos especiais de pessoas - Surdos. 3. Educação inclusiva. I. Título.

CDU: 376-056.26 (043.1)

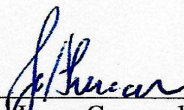
LUCINÉA ALVES DA SILVA

**“O DESAFIO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NA ESCOLA MUNICIPAL: um estudo criticando a realidade da educação inclusive em Sumé-PB”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

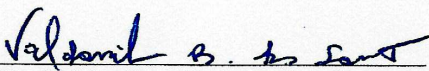
**Aprovada em: 03/06/2016.**

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Esp. Joyce Gomes de Alencar  
(Orientadora – UAL/CH/UFCG)



---

Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos  
(Examinador Titular – UAEDUC/CDSA/UFCG)



---

Profa. Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto  
(Examinadora Titular – UAL/CH/UFCG)

Este trabalho é dedicado a todos que me entusiasmaram para tão grande conquista e principalmente aos surdos que despertaram em mim a paixão pela sinalização da Libras.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a oportunidade de ingressar em uma universidade, podendo adquirir novos conhecimentos e alcançar mais um objetivo. Agradecer por estar sempre comigo, inclusive, em mais esta conquista, a realização de um sonho que se tornou realidade através de muito estudo, dificuldades e muita luta, mas com uma grande recompensa, a formação tão aguardada.

Aos meus pais (Luís e Juliana), irmãos (Maria, Luana e Eduardo) ao meu marido (Messias), que me deu o apoio necessário para continuar sempre em frente, apesar de toda dificuldade.

Aos amigos D. Jacy Basílio e José Edson, por tudo o que fizeram por mim, ajudando, apoiando e incentivando para que jamais desistisse dos meus objetivos e sonhos. Não podendo esquecer as minhas amigas Amanda, Daniele e Janine que, durante este processo de aprendizado, sempre me deram força.

À professora e orientadora, Joyce Gomes de Alencar, que, pacientemente, ajudou-me a refletir, obter novos conhecimentos, possibilitando-me superar as dificuldades e descobrir que posso ir além do que pensava. Aos professores da Licenciatura em Ciências Sociais, que, no decorrer do curso, transmitiram o conhecimento através das aulas ministradas sempre me incentivando a cultivar novos aprendizados. Todos os professores foram marcantes, pessoas contribuintes para a minha formação, obrigada a todos.

Aos colegas de classe. Passamos por muitos momentos durante estes anos juntos, dificuldades, lutas, superações e conquistas, troca de conhecimentos, convivência e também desacordos que fizeram com que nós viéssemos a conhecer pontos de vistas distintos, que se tornaram importantes para a construção de novos profissionais. Hoje temos a certeza de que nas lembranças ficaram um pouco do outro, pois aprendemos a conviver e a aprender. Que nossos conhecimentos não sejam desperdiçados, mas que venham fazer a diferença na educação.

Aos diretores, coordenadores e as instituições onde foram realizados os estágios, que contribuíram para a construção de novos conhecimentos, importantes para o desenvolvimento profissional.

*A inclusão [...] é ser respeitado nas suas diferenças e não ter de submeter a uma cultura, a uma forma de aprender, a uma língua que não é a sua. (Gárdia Vargas)*

## RESUMO

Investiga a evolução dos alunos surdos que são incluídos, na escola Municipal Presidente Vargas na cidade de Sumé/PB, uma escola que deveria estar preparada para receber alunos surdos do município. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa. Os instrumentos usados para a coleta de dados foram a observação, o caderno de campo e a entrevista semiestruturada com os docentes surdos, os ouvintes e a diretora. O objetivo visa investigar como se dá o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos incluídos no sistema Municipal de Ensino em Sumé. Para tanto, busca-se analisar como acontece o ensino na escola Municipal, onde acontece a inclusão, como é a relação aluno surdo e professor nesse processo inclusivo, verificar como os professores aplicam a metodologia na sala inclusiva e identificar como os alunos são avaliados nesse processo de inclusão. Os resultados nos mostram que a escola Municipal Presidente Vargas não está preparada para receber alunos surdos, pois falta qualificação das pessoas que fazem parte da instituição. Os docentes têm o direito de aprender, ter educação frequentar a escola para que haja o desenvolvimento.

**Palavra-Chave:** Inclusão. Alunos surdos. Educadores. Libras.



## **ABSTRACT**

This paper investigates the evolution of deaf students who are included in the Municipal school Presidente Vargas in the city of Sumé / PB, a school should be prepared to receive the municipality deaf students. This research is a qualitative approach. The instruments used to collect data were observation, field notes and semi-structured interviews with deaf teachers, listeners and director. The objective aims to investigate how the process of teaching and learning of deaf students included in the Municipal System of Education in Sume. Therefore, it seeks to analyze as in teaching at City school where inclusion takes place, as is the relationship deaf student and teacher in this inclusive process, to see how teachers apply the methodology in inclusive room and identify how students are assessed in this inclusion process. The results show that the city school Presidente Vargas is not prepared to receive deaf students, because lack of qualified people who are part of the institution. Teachers have the right to learn, to have education attend school so there is development.

**Keyword:** Inclusion. Deaf students. Educators. LIBRAS

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>A1</b>	Aluno um
<b>A2</b>	Aluno dois
<b>A3</b>	Aluno três
<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>CDSA</b>	Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>L1</b>	Primeira Língua
<b>L2</b>	Segunda Língua
<b>PB</b>	Paraíba
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Campina Grande
<b>ZU</b>	Zona Urbana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CRONOGRAMA UM CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS .....</b>	<b>11</b>
2.1 O PROGRESSO E O REGRESSO DA EDUCAÇÃO DO SURDO .....	13
<b>3 INCLUSÃO UM PROCESSO DE MUDANÇAS .....</b>	<b>17</b>
3.1 INCLUSÕES POLÍTICA EDUCACIONAL DE INTEGRAÇÃO.....	19
3.2 A FRAGILIDADE DA PROPOSTA DE INCLUSÃO.....	23
3.3 FALHAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS .....	25
3.4 A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO SURDO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM .....	26
<b>4 AUSÊNCIA DO AEE NA ESCOLA, ATENDIMENTO QUE POSSIBILITA NOVOS CONHECIMENTOS PARA ALUNOS SURDOS.....</b>	<b>29</b>
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>31</b>
5.1 CENÁRIO EMPÍRICO DA PESQUISA .....	32
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>34</b>
6.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura de Ciências Sociais tem como objetivo formar futuros professores, proporcionando a escolha de formação, sociólogo, cientista político ou antropólogo. As ciências sociais nos proporcionam um novo olhar sobre a sociedade, uma nova visão de mundo, formando seres mais críticos.

A vida acadêmica possibilitou-me novos conhecimentos, como conhecer a cultura do outro, dentre muitas que pude vir a estudar, mas foi a cultura do surdo que me despertou curiosidade e encantamento. Tive a oportunidade de conhecer o grupo de surdos de Sumé/PB em um curso de extensão que fiz no mês de setembro de 2014 ministrado por uma professora surda, encantada logo me apaixonei Pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), em seguida, cursei a disciplina Libras regulamentada no decreto 5626/05 como obrigatória para todas as licenciaturas, pois está no art.3º.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

A experiência com a disciplina Libras fez-me refletir acerca da dificuldade que nós ouvintes temos para compreender os surdos, vindo a ser tudo muito novo para nós alunos, pois foi o primeiro contato com a disciplina que possibilita o conhecimento de uma cultura que ainda não é tão conhecida.

O ponto central da pesquisa é a inclusão dos surdos na escola regular. Diante da dificuldade de comunicação o foco da pesquisa é saber como é a inclusão, qual o posicionamento da Política Educacional, qual formação os professores tem para lecionar em uma escola inclusiva, como é a relação entre professor e aluno surdo, como são as formas de avaliações, as metodologias aplicadas.

A maioria das escolas ainda não se adaptou à inclusão. A falta de intérprete é um desrespeito com os surdos que propõem enfrentar dificuldades na esperança de conseguir se desenvolver, de alguma forma, dentro da escola de ensino regular. Estão instituídos por lei os direitos que deveriam sair do papel para a prática.

As escolas devem se reorganizar diante da questão da inclusão, se colocando de forma coerente aceitando o que a lei impõe e tendo a responsabilidade de cumprir o que está decretado por lei mesmo que venha a ser necessário mudar algo que faça parte do sistema da instituição para que se adéque às propostas das políticas públicas. O que se percebe é a

desvalorização do que faz parte dos alunos surdos, neste caso nos referimos há seus valores e crenças sua cultura. A instituição não se adequando as necessidades do aluno surdo o faz com que não haja o direito do uso da sua própria Língua materna dentro da escola, podendo vir a ocorrer tal fato por falta de pessoas que trabalhem com os alunos surdos apenas sabendo o mínimo da sua cultura.

O trabalho possibilitou muitas leituras a respeito da educação dos surdos e práticas que se encontram divididas em capítulos. O segundo fala da história da educação dos surdos e das lutas que tiveram que enfrentar para ter êxito no reconhecimento da sua própria língua, a Libras. No terceiro vamos adentrar no assunto da inclusão dos surdos na escola de ensino regular, as falhas que a educação inclusão apresenta e sua fragilidade, inclusive a problemática da comunicação entre professor e aluno surdo. No quarto capítulo, enfatizamos a importância do AEE na escola para ajudar os alunos surdos no desenvolvimento das suas habilidades e a ausência do intérprete na sala de aula.

No quinto capítulo nós teremos a metodologia que foi aplicada e toda estrutura de como foi feita a pesquisa, os sujeitos participantes assim como os professores que lecionam para os alunos surdos, os alunos surdos e a diretora. É citado o cenário onde a pesquisa foi efetuada na escola Municipal Presidente Vargas.

No sexto capítulo apresentaremos a análise de dados resultados e discussões da pesquisa, traremos toda uma visão do que é a inclusão dos alunos surdos da atualidade que fazem parte da realidade de uma escola que se situa na cidade de Sumé/ PB.

No sétimo capítulo, as considerações finais onde fazemos uma reflexão citando a realidade da educação dos surdos em uma escola de ensino regular da cidade de Sumé.

Para tal discussão foi importante selecionar os autores que mais descrevessem através do seu estudo a inclusão de alunos em escola de ensino regular. Dentre vários autores foram escolhidos, Strobel ano (2008, 2009) que faz um estudo de como foi ocorrendo à história dos surdos, suas lutas e conquistas, o mesmo fala da cultura surda que é representada pela língua de sinais, direitos entre outros. Muitas citações de Paulo Machado (2006, 2008) também contribuíram para o embasamento teórico deste trabalho. O autor destaca que “a inclusão é um processo que precisa da reorganização das escolas que dizem que são inclusivas”, fala da política de educação e como alunos surdos se desenvolvem na escola de ouvintes, direitos, a inexistência de espaço para a cultura surda e das propostas que os docentes apresentam em seu currículo e não há comunicação.

Existem outros autores que, apresentam pontos importantes para a educação dos surdos, demonstrando preocupação com direitos dos mesmos.

## 2 CRONOGRAMA: UM CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

É inevitável falar da educação inclusiva sem fazer uma viagem no contexto histórico da educação para saber como foi esse trajeto até chegar ao ensino de inclusão. Em diversos estágios, percebe-se que os surdos na Idade Antiga eram desvalorizados, sem nenhuma consideração, em muitos países, eram tidos como incômodos e, até mesmo, inválidos e, por serem considerados pessoas distintas, muitas vezes, eram levados à morte, pois eram vistos com estranheza, sendo impedidos de frequentar determinados locais. Além disso, seus direitos como cidadãos não eram cumpridos, não havia saúde, nem educação de boa qualidade, pois, acreditava-se que não tinham linguagem, não pensavam, não tinham sentimentos eram incapazes de razão. Como se nota, na fala de Strobel (2009, p.19) *“Aos surdos eram proibido[...]. Também existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar e enfim, de todos os direitos como cidadãos”*.

Na Idade Média, não era diferente, pois os surdos não tinham seus direitos assegurados por lei, não tinham direito à educação, não havia desenvolvimento porque não conseguiam se comunicar. A sociedade tinha uma idéia negativa com relação ao cidadão que nascia surdo, inclusive, os filósofos demonstravam negatividade quando se falava em surdo, se não falavam, não pensavam, não tinha uma linguagem. Segundo Aristóteles (384-322a.c), os surdos não tinham razão, eram incapazes e seria um absurdo lhes ensinar, pois:

Acreditavam que, quando não se falavam, conseqüentemente, não possuíam linguagem e, tampouco, pensamento, dizia que: [...] de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto, os nascidos surdos-mudos se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão, ele achava absurdo ensinar o surdo a falar (STROBEL. 2009, p.18).

Segundo as palavras de Strobel, o filósofo não acreditava na capacidade que os surdos tinham de desenvolvimento e capacidade de aprender, mas, só poderia acontecer, se alguém lhes ensinasse e como ensinar se ninguém acreditava que, mesmo não tendo a audição, podiam aprender através de outros sentidos e ter a própria linguagem assim como os ouvintes, assim como foi alcançado o gesto e a Língua de Sinais que lhes possibilitava a expressão, mas logo houve o descarte.

Partindo para Idade Moderna, o médico filósofo Girolamo Cardano começa a acreditar que o surdo pode sim aprender e se desenvolver através da comunicação, vindo a tornar a vida do cidadão um pouco melhor do que a que se tinha. Na interpretação de Strobel (2009, p.19):

Girolamo Cardano (1501-1576) era médico, filósofo, que reconhece a habilidade do surdo para a razão, afirmava que "... a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo". Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos.

Antes, os surdos não tinham acesso à educação e, como consequência, ocorria o prejuízo de não aprenderem e se desenvolver, pois a sociedade não acreditava que os surdos tinham a capacidade de aprender e se desenvolver, produzir a escrita, ler, falar com gesto e depois terem a própria língua, podendo expressar seus sentimentos e pensamentos. Não adiantava apenas algumas pessoas acreditarem no desenvolvimento dos surdos, a sociedade sempre os excluía. Foram anos de pesquisas para se ter um pouco de credibilidade.

No ano de 1510, o Monge Beneditino, Pedro Ponce de Leon, estabelece uma escola para surdos na Espanha, em um monastério de Valladolid, a escola se inicia com dois alunos surdos que eram irmãos. A metodologia é aplicada da seguinte forma: dactilologia, escrita e oralização, mas, depois que o padre morre tudo é dado por perdido e esquecido, pois nada chegou a ser publicado. Conforme Strobel (2009, p.20):

Ponce de Leon usava como metodologia a dactilologia, escrita e oralização [...] Porém, ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte o seu método caiu no esquecimento porque a tradição na época era de guardar segredos sobre os métodos de educação de surdos.

Tudo é esquecido após a morte de Ponce de Leon, o seu método de ensino não foi publicado, não tinha nada escrito e ninguém sabia, pois, na época, tudo era mantido em segredo, a sociedade nada sabia sobre a educação dos surdos, muitos anos depois iniciam a educação do surdo a sua própria Língua de Sinais. No ano de 1755, Abade L´Epeé inicia o estudo da Língua de Sinais e leva muito a sério, primeiro, ele conhece duas gêmeas que são surdas e só sabiam gesticular, depois do contato com pessoas surdas e humildes que viviam pelas ruas de Paris se formou um grupo iniciando assim um estudo da Língua de Sinais. Abade L´Epeé foi o fundador da primeira escola pública de surdos em Paris que também o levou a ensinar professores para que, no futuro, fossem ensinar a alunos surdos.

Com esta atitude de ensinar e se envolver com estudo dos surdos, L´Epeé foi alvo de muitas críticas tendo como principais educadores oralistas por se dedicar a este trabalho. Segundo Strobel (2009, p.22), *na Idade Contemporânea "Abade Charles Michel de L'Epeé morre. Na ocasião de sua morte, ele já tinha fundado 21 escolas na França e na Europa"*.

As escolas foram significativas para o crescimento dos surdos dentro da sociedade, pois o comportamento das pessoas ouvintes, que compõem a maioria da sociedade, foi

mudando com relação ao cidadão surdo, pois, com as escolas ativas, a Língua de Sinais foi se desenvolvendo e ficando forte.

Existe outro grupo a favor da oralização que se mantém forte com o discurso que a Língua de Sinais é uma desculpa dos surdos para não falarem. Os oralistas falavam que os surdos eram preguiçosos, os mesmos alegavam que o ensino da Língua de Sinais era ruim para os surdos, tornando-os incapazes de falar. Desta forma, o oralismo ficou forte. No caso da modalidade oralista, a Língua de Sinais atrapalha, como afirma: “*A modalidade oralista baseia-se na crença de que é a única forma desejável de comunicação para o sujeito surdo, e a língua de sinais deve ser evitada a todo custo porque atrapalha o desenvolvimento da oralização*”. (GLADIS, STROBEL, 2008 p.12).

Segundo a autora, o grupo científico oralista acredita que a língua dos surdos deve ser evitada, acreditamos que esta modalidade esteja equivocada e podemos falar que é um mito, pois, como deve ser evitada a língua própria dos surdos e, como irá atrapalhar se é a língua materna é a única por meio da qual eles podem se comunicar. Podemos dar exemplos da existência de outras línguas como o Inglês, o Francês, que são distintas e que muitas pessoas não entendem, mas é uma forma de comunicação, faz parte da cultura de outro povo e é reconhecida por todos, assim, a Libras também deve ser aceita e considerada como todas as outras línguas.

Podemos perceber, dentro de toda a história dos surdos, as dificuldades e mudanças que ocorreram. Eles não tinham voz nem vez e, até mesmo, eram impedidos de ter a sua própria língua reconhecida, a sua educação de qualidade. Os mesmos sofreram muito, pois quando acreditavam estar progredindo, conquistando seu espaço, fazendo sua cultura ser reconhecida, os ouvintes sempre faziam algo para destruir o que estava sendo conquistado dentro da educação fazendo-os regredirem.

## 2.1 O PROGRESSO E O REGRESSO DA EDUCAÇÃO DO SURDO

Podemos notar, na abordagem da educação dos surdos, o progresso e o regresso em torno da discussão sobre a Língua de Sinais, em ser aceita ou não, se é o melhor para os surdos, como se desenvolvem tudo isto, é discutido entre ouvintes e surdos, existindo há diversos anos uma grande relação de poder predominando o pensamento dos ouvintes com relação aos surdos e à surdez.

Na percepção da autora Botelho:



Discutir sobre os ouvintes me parece necessário não para criar ou repetir uma oposição binária tradicional e colonialista – ‘maioria ouvinte e minoria surda’ – como ainda argumenta Skliar (1998:21), mas, por que pensar no que os ouvintes dizem sobre os surdos é criar um espaço de emergência do absurdo do colonialismo. A pretensão é a de que possamos nos reconhecer na opressão que temos exercido sobre os surdos ao longo de tanto tempo. (BOTELHO, 1998, p.78).

Na fala da autora, observamos que, há diversos anos, os ouvintes foram a maioria, ditando sobre o que deveria ser feito com os surdos, sempre os oprimindo e impondo que fosse aceito o que a maioria quisesse, pois os mesmos acreditavam que tinham o direito de escolher o que viria a ser melhor, mas percebe-se que a preocupação dos ouvintes não era voltada para as pessoas surdas, e sim, para seu próprio benefício.

Há muito tempo surgiram tais problemas, pois os surdos não tinham respeito, a educação era de má qualidade a sociedade demonstrava contrariedade com relação ao surdo que não podia ter direito de usar a própria língua, não podia se desenvolver, aprender e, quando estava alcançando objetivos, como a Língua de Sinais, tudo foi perdido, quando o oralismo foi aceito pela maioria em um Congresso Internacional de Educadores de Surdos que ocorreu em Milão no ano de 1880, alegando como principal discussão, como os surdos seriam ensinados por meio da língua oral ou a língua de sinais.

Silva, (2006, p.26) afirma que:

O Congresso de Milão, realizado no período de 06 a 11 de setembro de 1880 [...]. O objetivo foi discutir a educação dos surdos [...] como os surdos deveriam ser ensinados, por meio da língua oral ou gestual. [...] A discussão foi extremamente agitada e, por ampla maioria, o Congresso declarou que o método oral, na educação dos surdos, deveria ser preferido em relação ao gestual.

Ressalvando que no Congresso estava uma minoria dos surdos, e, como os ouvintes eram a maioria, estes quiseram impor a língua oral como sendo superior a língua de sinais. O Congresso declarou que o método da língua oral era preferível na educação dos surdos, sendo melhor do que o método gestual que, neste caso, é a Língua de Sinais. Descartou-se a língua de sinais e o oralismo ganhou força, mas não foi o que realmente aconteceu. Os grupos de surdos continuaram com a língua de sinais que se manteve em segredo.

Na época, entendia-se que o melhor para os surdos era a integração no mundo dos ouvintes e oralizar era necessário para se enquadrar na “normalidade” da sociedade de ouvintes. O objetivo do oralismo era ver a possibilidade de os surdos falarem sem respeitar a sua cultura, pois a ideologia do oralismo era que alunos surdos se integrassem à sociedade, que, ao seguir os padrões ditos pela “maioria”, com estas questões ocorriam a exclusão, pelo fato de serem pessoas com condições diferenciadas.

O modelo do oralismo não seria positivo, pois os surdos são educados de tal forma que sua comunicação tem como natural a visualização, fazendo oposição de modelos. Com o modelo oralista não há o desempenho, quando o assunto é aprender, mas o erro não está relacionado diretamente com o surdo, e sim, com a forma como lhe ensinam, atribuindo uma deficiência que não existe. O que existe é a inadequação da instituição com relação ao fato de como ensinar e quais os suportes apropriados para o ensino.

Com o passar do tempo, o surdo não consegue se desenvolver, pois há a interrupção na sua educação, há a troca da sua própria língua, a de sinais, por outra que é desconhecida pelos surdos, não fazendo parte da sua cultura. Por este motivo, as dificuldades vão aumentando e as curiosidades, por parte da medicina, também, e o surdo vai se tornando um objeto de pesquisa para a medicina com a justificativa de a surdez ser uma anomalia orgânica, portanto, sujeita a cura.

Na educação houve vários procedimentos com os surdos, a intenção era fazê-los falar usando métodos como a leitura labial com um espelho, para que fossem reproduzidos mecanicamente os movimentos da língua falada.

Diante da concepção medicalizada da surdez, as escolas foram se transformando em salas de tratamento, partindo para estratégias terapêuticas sendo transformadas em locais para terapias individuais, mas, antes, preferem excluir das escolas professores surdos para integrar professores ouvintes, com a desculpa de que a surdez afetaria diretamente a linguagem dos alunos surdos, sendo assim, estabelecem a língua oral. Muitos consideram a surdez como sendo uma deficiência.

Segundo Stumpf (2009), os próprios surdos não estão de acordo.

Quando os surdos dizem que eles não são deficientes, mas sim, membros de uma cultura surda, eles querem dizer que os substitutos funcionais e as condutas adaptativas à falta do sentido da audição, desenvolvidas por suas comunidades ao longo de sua história, os habilitam a viver de forma digna e plena, desde que seja respeitada sua língua e sua cultura (STUMPF, 2009, p.9).

Para os surdos, os métodos usados não são significativos, não é a melhor escolha com esta concepção. Eles vão à luta, pois a oralização permanece por mais de cem anos tornando os surdos seus escravos, mas, a possibilidade de conquista do oralismo fracassou e logo foi substituída por outro método, a comunicação total, que ocorreu em 1960, causando a mistura de duas línguas, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. A comunicação total é uma mistura de instrumentos linguísticos usados com os surdos na intenção de ensino da fala. Podemos entender melhor, na fala dos autores Perlin e Strobel (2009, p.20):

A Comunicação Total inclui uma gama de instrumentos linguísticos, ou seja: língua de sinais, língua oral, gestos, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura da escrita [...]. Em sua prática incorpora ainda o desenvolvimento da fala mediante uma atividade com repetição ritmada, dos restos auditivos com o treinamento do som para estimular, através de uso constante, por um longo período de tempo, aparelhos auditivos individuais [...] Visa desenvolver as habilidades de fala, mediante treino rítmico corporal e articulação ritmada. Para isto se serve de qualquer artefato, mesmo a língua de sinais é usada com a intenção de ensino da fala ou do português.

Nos países, inclusive no Brasil, após muitas lutas e estudos, a língua materna que é língua de sinais se mostrou forte e adequada para os surdos. O bilinguismo é uma forma de ensino que possibilita as duas línguas no contexto escolar a primeira língua (L1), do surdo, que é a Língua brasileira de Sinais (Libras) e a segunda língua (L2), que é a Língua Portuguesa, que pode ser a língua escrita ou oral. Segundo estudos, o bilinguismo é da seguinte forma. Na concepção dos autores:

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país (...) os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da comunicação total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 1997 apud GLADIS, STROBEL, 2008, p.16)

O surdo tem seus direitos, sua identidade própria que deve ser reconhecida e respeitada. A cultura surda deve ser levada em conta principalmente o ensino da primeira língua que é a Libras e a percepção da Língua Portuguesa como a segunda língua para os surdos brasileiros. Os surdos não precisam ter a vida igual a dos ouvintes, cada pessoa tem suas necessidades que devem ser vivenciadas, conforme suas especificidades. Desde muitos anos percebe-se as mudanças dentro da educação dos surdos. Vemos o poder e a força que tem a educação inclusiva, hoje com total apoio da política de educação.

### 3 INCLUSÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇAS

Com a nova época que se integra a inclusão, logo vem a ideia de aceitação do outro, as diferenças, suas capacidades limitadas que podem vir a comprometer o próprio desempenho dos surdos. A aceitação, com relação às diferenças individuais, é muito difícil, mas isso precisa ser trabalhado. Uma das maiores demonstrações de inclusão é a inclusão do ensino regular, que integrou pessoas surdas em escolas, como pessoas “normais” e que segue em um processo de aceitação pela própria sociedade e pelo aluno.

Como ressalta Machado (2008),

a inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, do próprio portador de necessidades especiais (MACHADO, 2008, p.39).

A inclusão escolar é um processo de mudanças, portanto, é necessário fazer uma reorganização na escola para receber alunos com surdez que têm o direito de aprender junto com os demais alunos, mas a instituição tem a obrigação de se adaptar, possibilitando acessibilidade e profissionais preparados para auxiliar no melhor desempenho dos alunos.

Esta questão deve ser atribuída à política da educação, voltada ao sistema de inclusão. Uma discussão que requer tratar do processo de inclusão que remete aos direitos conquistados pelos surdos, os mesmos que fizeram um trajeto de lutas pelos seus ideais de igualdade.

No ano de 2015, vemos que a escola inclusiva não está preparada para receber alunos surdos e pessoas com deficiência. Fazemos tal reflexão, diante da pesquisa que foi feita com alunos surdos na Escola Municipal de Sumé. Os professores demonstram dificuldade para ensinar a três alunos surdos, não há qualificação por parte de nenhum, com relação à Língua brasileira de Sinais (Libras), não existe o conhecimento sobre a cultura dos surdos, a metodologia não se aplica ao que os alunos surdos necessitam, não há adaptação de nenhuma forma. Além disso, não tem como os alunos se desenvolverem dentro de uma instituição que não dá suporte nas disciplinas. Há o conteúdo dialogado, mas não há intérprete para exercer a função de mediador entre os professores e alunos surdos. Esta é a realidade de uma escola brasileira da atualidade que não está adaptada aos alunos surdos. Falar em inclusão é fácil, o difícil é sair do papel para prática.

Com relação à educação, é nítida a situação precária em que esta se encontra. Uma das principais causas dessa precarização é a má administração das políticas educacionais que não cumprem com o decreto na legislação a lei 10.436/2002, com o decreto 5.626/ 05 que dá

direito à inclusão no ensino regular, a intérprete, entre outros. A educação brasileira é muito falha e um dos maiores fatores, visivelmente claro, é a falta de conhecimento dos professores com relação à cultura surda. Neste caso, cabe a questão: como fica o desenvolvimento da aprendizagem, a aplicação da metodologia para o aluno surdo, se os profissionais da instituição não sabem das suas necessidades?

Um professor qualificado saberia o que faz parte da vida do aluno surdo, o que ele precisa para desenvolver a aprendizagem. Se os sujeitos surdos não têm a audição, com certeza, ele terá outro sentido que fará com que ele venha perceber o mundo e, no caso dos surdos, é através dos olhos que terá a percepção de mundo.

Como consta em Strobel (2008.p.39).

Experiência visual significa a utilização da visão, em (substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de reconhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de Tecnologia de leituras (apud PERLIN e MIRANDA,)

Os surdos, embora não tendo a audição, seu poder de visualização é bastante desenvolvido. Trata-se de um componente importante para o seu desenvolvimento de comunicação, sua percepção de mundo. Nas escolas inclusivas sua cultura não é reconhecida, a Língua de Sinais não é usada, não tem intérprete para ser o mediador da comunicação entre o professor e o aluno surdo.

Quando nos referimos à educação inclusiva para surdos, percebemos que há uma má qualidade. Os direitos, apesar de estarem decretados por lei, não são respeitados, há constantes falhas, então, podemos dizer que a educação brasileira não tem 100% de desempenho para alunos surdos. Em se tratando de uma cidade pequena, do interior do Estado, como Sumé, a educação se torna ainda mais falha. O problema que foi acarretado até a atualidade é consequência de toda a história das más escolhas do passado que foram feitas pela maioria da sociedade que não pensou que quem sofreria as consequências seriam os surdos.

O oralismo permaneceu por muitos anos, tornando os surdos indivíduos escravos, pois os surdos ficaram submissos a uma língua que não era natural da sua cultura, não podiam falar se expressar através da língua materna a língua de sinais e por imposições a educação do surdo não se desenvolveu como deveria. Hoje temos a inclusão em escolas de ensino regular e sem organização para ensinar aos surdos, distinta da escola bilíngüe que proporciona ao aluno

surdo usar as duas línguas a primeira sendo a materna a língua de sinais e a segunda a do seu país.

O que temos hoje são alunos surdos com dificuldades de aprender por não terem acesso à educação desde a infância, profissionais não qualificados e uma política que apóia a inclusão sem pensar no que realmente é bom para os surdos. Não existe uma organização para que os alunos tenham uma educação de qualidade e possam se desenvolver, ocorrendo à inclusão de verdade.

### 3.1 INCLUSÕES, POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTEGRAÇÃO

O discurso escolar da inclusão vem perdurando por muitos anos. Um processo que, aos poucos, vem dando resultado e reconhecimento para a cultura surda que, com muitas lutas, vai conquistando seus espaços, mas, o que falta é a organização, por parte do governo, das instituições inclusivas e, principalmente, das políticas públicas. Surgem leis e decretos que dão direito aos surdos de serem incluídos na educação, inclusive, na escola regular de ensino.

Declaração Universal dos direitos humanos (1948, o documento da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala (1999), emanados de organismos internacionais; e em âmbito nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001). (MACHADO, 2008, p.18).

São ofertados os programas de inclusão, direitos da diversidade na referida inclusão, portanto, tendo como objetivo transformar o ensino. Novas leis são decretadas e regulamentadas assim como a lei 10.436/2002 com o decreto 5.626/ 05. Com este decreto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se torna uma disciplina curricular, inclusive, dá direito ao intérprete para alunos surdos. A partir deste decreto, as instituições foram obrigadas a garantir o acesso da comunicação do aluno surdo, neste caso, para a educação do surdo, é necessário ter professor de Libras, intérprete e a Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos:

Art.14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, a formação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

II- Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III- promover as escolas com:

- a) Professor de Libras ou intérprete de Libras;
- b) O tradutor e intérprete de libras- Língua – Portuguesa

Hoje os surdos estão incluídos em muitas instituições assim como nas escolas regulares. Há o direito humano em que todos os surdos devem ser incluídos na educação para que ocorra o desenvolvimento do aluno, uma melhor aprendizagem, mas é necessário que as escolas se reorganizem e coloquem em prática o que foi estabelecido pela lei. Os gestores das escolas inclusivas têm de entender que alunos surdos aprendem de forma distinta dos alunos ouvintes. Questionamo-nos a respeito da educação, em que se encontram os professores com formação adequada para lecionar para alunos surdos, os intérpretes e o português como a segunda língua, e o que vemos é bem diferente do que está decretado por lei.

No Brasil algumas mudanças já são perceptíveis. Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) estão registrados todos os direitos de um indivíduo surdo, tendo sua inclusão na educação. Segundo a LDB, lei nº 9.394, de 1996, Art. 58, “entende-se por educação especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para os educando com necessidades especiais.”

Na LDB estão assegurados os direitos dos alunos surdos, direito de inclusão em escola regular, mas, nota-se que há uma incoerência com relação ao ensino, uma vez que as escolas, muitas vezes, não cumprem o que está estabelecido na lei, não se organizam para que se tornem realmente inclusivas, pois, de nada adianta ter o nome de inclusiva sem ter uma preparação estrutural e dos componentes da instituição. O que se tornará uma educação falha e um ensino que deixa a desejar.

Inclusão não é um assunto fácil a ser discutido, pois envolve vários fatores. No caso dos surdos, exige dedicação, qualificação por parte dos professores para que haja um bom desempenho na aprendizagem. A inclusão dos surdos nas escolas regulares é algo existente no cariri paraibano, como em Sumé/PB, mas existem diversas dificuldades que impedem que a inclusão aconteça na sua totalidade, tal como deve ser. Uma das causas que leva à inclusão é o fato de os professores não terem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), não conhecerem a lei que regulamenta os direitos dos alunos surdos, então não existe inclusão quando os alunos não participam ativamente das aulas, quando não há profissionais que os

entendam e saibam ensinar o conteúdo de forma que o aluno surdo entenda, só para dizer que a escola é inclusiva e recebe alunos surdos, se o mais importante não ocorre que é o aprendizado. Assim como explica o autor: *“Não há como propor uma educação inclusiva, onde “literalmente” se joguem crianças com necessidades especiais nas salas de aula regulares, quando o professor não tem uma formação que lhe possibilite lidar com tais alunos.”* (BEYER, 2013, p.56).

Há diversas dificuldades com relação à aprendizagem do aluno surdo em uma escola de ouvintes. A comunicação com o professor é essencial para o desempenho dos alunos, mas, quando não ocorre? Como se desenvolver? Quais medidas tomar? A intenção da lei de inclusão é garantir o direito do cidadão com “necessidades especiais” especificamente aos surdos, sujeitos desta pesquisa. A gestão da escola e professores não conhecem a lei que garantem os direitos dos alunos surdos, a cultura, não são usuários da Libras.

De acordo com Machado (2006),

Na escola regular, que geralmente não conhece a diferença cultural, o surdo não tem espaço para manifestar-se culturalmente, nas suas formas de particulares de expressão. Nessa escola, o surdo é participante de programas educacionais voltados para ouvintes e elaborados por ouvintes (MACHADO, 2006, p.49).

A gestão, no geral, não reconhece que os surdos têm sua própria cultura, precisam de uma escola inclusiva, que tenha organização, respeito, profissionais qualificados, que utilize uma metodologia distinta da dos ouvintes, disponha de intérprete de Libras, dentre outros aspectos.

Em uma escola de ensino regular, é necessário que aconteça uma adaptação do aluno com o local de aprendizado, assim como os profissionais devem se adaptar a uma nova realidade de ensino, buscando novas metodologias, meios de avaliação, preparação de aulas pensando no outro, com novas dinâmicas, qualificação para exercer sua profissão com mais qualidade e eficiência e uma das coisas necessárias é que os professores devem buscar meios para fazer com que os alunos ouvintes interajam com os alunos surdos, assim, ambos podem trocar conhecimentos, reconhecendo e respeitando a cultura do outro.

O tema da inclusão é interessante, assim como questionar e, até mesmo, verificar o que está estabelecido nas leis, mas, de nada adiantará se o que está no papel não sai para a prática, fala-se em direitos iguais, sem preconceito, uma escola para todos, mas, como os alunos surdos incluídos no ensino regular podem desenvolver a aprendizagem se as escolas não estão adaptadas, não têm intérprete, que direito eles podem dizer que estão tendo quando



vão estudar e não encontram o que está assegurado por lei? A Política de Educação apresenta muitas falhas, pois, não investiga, não se mostra firme para que haja o cumprimento da lei nas escolas de ensino inclusivo, negligenciando os direitos dos alunos com necessidades especiais, os surdos.

Diante de tantas dificuldades, com relação à inclusão de alunos surdos, pode-se perceber que, muitas vezes, as leis ficam apenas no papel, os direitos são negados, enquanto deveriam ser atendidos, colocados em prática e os responsáveis são o governo e a política de educação. Como os mesmos podem achar a inclusão de alunos surdos em escola de ouvintes como algo bom? O que vemos são cenas que apontam a falta de desenvolvimento do aluno que necessita de uma educação adequada para seu aprendizado, falta de professores capacitados, ausência do intérprete que é obrigatório estar na sala de aula. Vale aqui citar Strobel (2008, p.100):

A “inclusão” de sujeitos surdos na escola, tendo-se a língua portuguesa como principal forma de comunicação, nos faz questionar bem se a inclusão oferecida significa integrar o surdo? “Na verdade, a palavra correta para a experiência desenvolvida não é “inclusão”, e sim uma forçada “adaptação” com a situação do dia a dia dentro da escola de ouvinte.

Não há como transferir a responsabilidade somente para os professores, o que realmente falta é uma conscientização por parte do governo para atender as necessidades dos alunos surdos, fazendo com que eles tenham voz e vez, não os tratando como deficientes, mas como pessoas capazes de aprender. Hoje os surdos sabem que não são inferiores, houve sofrimento, humilhação que os fizeram mais fortes para continuar a luta pela verdadeira inclusão onde aprender seja um direito. Vemos que os alunos surdos enfrentam grandes dificuldades por não terem a disponibilização necessária, nem os recursos para uma educação de qualidade, diante desse fato, não se vê um avanço educacional, mas uma educação que caminha em marcha lenta.

De acordo com Machado (2006, p.61), apud Skliar,

O fracasso escolar dos surdos, ou seja, aquele que os relaciona aos próprios alunos surdos, aos professores ouvintes e aos métodos de ensino, é... fracasso da instituição escolar, das políticas educacionais e da responsabilidade do Estado [...] A educação dos surdos não fracassou, ela apenas conseguiu os resultados previstos em função dos mecanismos e das relações de poderes atuais.

Como se percebe, na fala do autor, a educação não pode ser formada apenas pela instituição, são diversas relações de poderes que, ao se juntarem, podem formar uma educação de qualidade, revendo os direitos necessários para se ter um bom desenvolvimento, um avanço na educação. Aqui, cabe a questão: por que não fazem com que a educação avance e cumpra com seus deveres, levando a sério o que realmente os alunos surdos necessitam e que sejam atendidos seus direitos, como estudantes de uma escola inclusiva? Que saia do papel o que está decretado por lei e venha fazer parte do cotidiano da vida escolar de tais alunos que querem avançar nos estudos, mas, o que se percebe é que não há o suporte que precisam para se ter uma educação de qualidade.

### 3.2 A FRAGILIDADE DA PROPOSTA DE INCLUSÃO

Foram criadas e decretadas leis que garantem ao aluno surdo a inclusão em escola de ensino regular, escola de “ouvintes”. Tais leis foram criadas com a intenção de que haja uma igualdade dos cidadãos, não havendo mais o preconceito, portanto, está fundamentado na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) que a educação dos alunos com “necessidades especiais” deve ocorrer preferencialmente em escolas do ensino regular.

A lei foi decretada para garantir direitos reconhecidos nacionalmente, mas, será que acontece o desenvolvimento dos alunos surdos no ensino regular? Estão devidamente se preocupando com o que possa contribuir para que haja uma aprendizagem clara correta para os alunos surdos? Decretar, fazer leis é necessário - e faz parte da luta e conquista dos surdos – mas, o mais importante e preocupante é, como fazer estes alunos inclusos aprenderem com qualidade, com as mesmas oportunidades dos alunos ouvintes? Como já foi discutido, por diversas vezes, o intérprete em uma sala inclusiva é essencial para o desenvolvimento do aluno surdo, assim como professores com adequação para o cargo exercido.

A fragilidade da proposta de inclusão se contradiz com o fato da realidade brasileira. O problema está nas promessas não cumpridas, é necessário que os gestores tomem atitudes necessárias, os alunos estão à espera de respostas que parecem não vir. Os surdos querem aprender, mas não têm como, não há professores com formação qualificada para lecionar para os alunos surdos, como também falta intérprete, o aluno não tem oportunidade para desenvolver o conhecimento sem, ao menos, ter um suporte para que isso aconteça.

A maioria dos ouvintes pensa que os surdos são deficientes, que são incomunicáveis e, em alguns casos, que devem ficar isolados, mas na concepção de Strobel (2008, p.22) “*Os povos surdos não vivem isolados e incomunicáveis, simplesmente os sujeitos surdos têm seus*

*modos de agir diferentes de sujeitos ouvintes*”. Nem todas as pessoas pensam da mesma forma, inclusive, o que se nota em sala de aula é a exclusão, por parte dos alunos ouvintes, em relação aos alunos surdos, deixando de lado sem se importar se estão precisando de ajuda para realizar alguma atividade e, os professores, por sua vez, não se mostram interessados em mesclar a sala. Se é inclusão, é necessário que os alunos ouvintes e os surdos busquem a comunicação entre eles, a fim de trocar conhecimentos e se ajudarem. Cabe à instituição atualizar o currículo da escola para que atenda a todos os alunos que têm necessidades especiais, como afirma Machado (2006, p.56).

[...] Tornar possível uma proposta curricular, que contemple as diferenças dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, pressupõe um olhar atualizado nas discussões de currículo que não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento.

Como ressalta o autor, inclusão não é somente para ficar na oratória, mas é importante fazê-la acontecer, organizando a escola, adequando-a para as necessidades dos alunos e, até mesmo, mudando a proposta que o currículo coloca, atualizando-se, conforme a necessidade dos alunos existentes na sala de aula, evidenciando a transmissão do conhecimento desejado que só seja possível se professor e aluno souberem se comunicar, mas, como o aluno é surdo, o professor terá que buscar conhecer a língua do aluno, saber sua cultura e qual a metodologia mais adequada para passar o conhecimento, permitindo ao aluno aprender o importante, é a troca de informações que só será possível através da comunicação e para um aprendizado de qualidade.

A escola é responsável por organizar para que os alunos tenham uma boa educação, informando à Secretaria de Educação sobre o que está faltando para os alunos alcançarem um bom desempenho, aprendizagem escolar. Um dos exemplos que pode ser citado é o fato de a escola não ter pessoas que saibam o básico da Libras, não ter intérprete e uma ajuda como o AEE.

Diante dos problemas apontados, observa-se que existem as falhas na educação inclusiva dos alunos surdos, o que tem levado os pais a optarem entre duas escolas, a que inclui alunos com surdez e demais deficiências e a bilíngue apropriada para alunos surdos.

### 3.3 FALHAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS

Ao falar em educação inclusiva, são evidentes as falhas existentes nas escolas de ensino regular. Estas não estão preparadas para receber alunos com necessidades especiais, como os surdos que necessitam de professor qualificado para lecionar, além da presença indispensável do intérprete que será o mediador da comunicação entre professor e aluno.

Ressaltando que o ensino do surdo se diferencia do ensino dos ouvintes, pois é necessário adaptações curriculares, novos métodos de aprendizado, além de outras exigências. O problema está na falta de qualificação dos profissionais, pois, se os professores não são qualificados, capazes de repassar um ensino de qualidade, não saberão se comunicar com alunos surdos.

A Política de Educação não se posiciona com relação a educação dos surdos, fazendo com que os direitos sejam colocados em prática. Os surdos sempre lutaram e lutam em busca de reconhecimento dos seus direitos, o grupo de surdo é a minoria e nunca desistiram de lutar pela sua linguística, a sua língua, a Libras, que faz parte da sua cultura surda, mas uma boa parte dos ouvintes não a respeita, inclusive, podemos notar na sala de aula da escola inclusiva que os professores não ensinam, não consideram a cultura dos alunos surdos, o que ocasiona problemas, inclusive, no Brasil há um grande problema, existem poucas escolas bilíngues e diversas escolas inclusivas.

Por que os surdos estudam em escola inclusiva? Porque as cidades do interior são pequenas, não têm escola bilíngue e, quando se encontra, é apenas uma para atender a diversos alunos surdos. Os professores das instituições inclusivas não conhecem quantos alunos surdos existem na cidade, o que contribuem para mais um problema, pois os professores não têm formação, não sabem como ensinar, que metodologia aplicar, não há organização por parte do governo, desta forma, como os alunos surdos vão evoluir, sem ter um aprendizado adequado? As políticas públicas devem rever esses fatores porque, quem se prejudica, são os alunos surdos. Como ressalta a autora:

[...] As escolas precisam organizar-se, considerando as questões educacionais mais amplas, relacionadas à discussão atual sobre a importância de definição de propostas pedagógicas para as escolas e, sobretudo, no caso específico da surdez, as especificidades relativas ao reconhecimento político da surdez, tendo como símbolo maior a língua de sinais (LIMA, 2011, p.148).

Como consta nas palavras da autora, o ensino vem acontecendo de maneira inadequada, desorganizado, não atendendo a outras necessidades dos alunos surdos, o ensino

sem profissionais qualificados acaba impondo aos alunos estudarem sem suporte, assim, não se desenvolvem. O desrespeito está evidente, quando se fala em cultura surda, não há o apoio de intérprete, notamos que os surdos não estão sendo considerados, no ambiente escolar, os professores não têm conhecimento da Libras, desta forma, percebemos o comodismo da educação, que não acorda para ver que a inclusão é distinta do que vemos em muitas escolas regulares, tem que ter compromisso buscar novos métodos de ensino mais qualificação e mais envolvimento dos gestores da instituição, quando o assunto for incluir alunos com necessidades especiais.

#### 3.4 A PROBLEMÁTICA DA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO SURDO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A educação inclusiva na escola regular parece algo bom, mas tudo é bem diferente não há emoção, porque não existe comunicação, o aluno surdo quer aprender, mas não há uma política de educação que o leve a se desenvolver, os direitos estão assegurados por lei, não há o intérprete no processo de inclusão.

Hoje os surdos são contemplados com o direito de inclusão nas escolas de ensino regular. Com a inclusão existe a relação do professor com o aluno e, no caso deste aluno ser surdo, exige uma forma adequada de comunicação, formas de metodologias para tentar alcançar um desenvolvimento com relação à aprendizagem do educando. A inclusão parece algo brilhante, tudo perfeito, mas, na prática, não acontece, há dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos e os professores que não estão qualificados para ensinar em uma escola inclusiva.

Ensinar a alunos surdos requer muita dedicação, qualificação para estar no cargo, porque, sem saber o básico da Língua Brasileira de Sinais (Libras), não há como manter uma comunicação adequada para que haja um retorno, neste caso, estamos nos referindo à aprendizagem, pois, no processo de aprender, já existem dificuldades para quem é ouvinte e, no caso do surdo, como fazer para acontecer a aprendizagem?

O professor deverá elaborar as formas mais diferenciadas, vindo a ser dinâmico para tentar passar algo para o aluno, porque sua necessidade precisa de algo distinto dos ouvintes, mas sabemos que, na maioria das vezes, não ocorre desta forma nas escolas. Não podemos acusar professores nem apontar que eles estão errados, o erro está no sistema de educação, nas políticas educacionais que devem exigir pessoas qualificadas, intérprete para a sala de aula em

que há alunos surdos, o direito está decretado e por que não cumprir, se está constatado na lei dos direitos humanos.

Alunos surdos sem intérprete em escola de ensino regular pode aprender? O que vemos nos leva a questionar como aprender se o professor não sabe a Língua brasileira de Sinais, se não há intérprete, pode ocorrer o desenvolvimento do aluno? O professor pode gesticular, apontar, mas, como irá explicar claramente o assunto, tirar dúvidas, se não existe comunicação entre ambos, é uma situação difícil e a educação deixa a desejar. Neste caso, uma educação falha. Nota-se a inclusão do Brasil “de vagar”.

Estamos caminhando de vagar. O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao ensino fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado. (FICHER HORTIVAN HORT, 2009, p.23)

Com tantas lutas, desafios, conquistas pelo espaço que lhes é de direito, mas o grande problema está em muitas escolas, pelo motivo principal do não desenvolvimento do aluno surdo, a falta do intérprete. Professores sem formação que possibilite um melhor desempenho escolar para estes alunos. Muito se fala em inclusão no ensino regular, incluir parece fácil, mas não é.

Quando de fala em inclusão, não se trata apenas do aluno ser inserido na escola sem nenhum suporte para que a tal inclusão ocorra. Professores dialogam, explicam, os ouvintes entendem, os surdos apenas olham, copiam, isso é fácil, mas, aprender sem comunicação, não é possível. O aluno surdo pode captar algumas coisas no olhar, lendo nos lábios, mas, apenas com a observação que o aluno surdo faz, com certeza, não dá para adquirir conhecimento, aprendizagem, igual aos ouvintes mesmos, esforçando-se, pode obter outro aprendizado, na condição de se ter um intérprete na aula. Com relação ao professor e aluno, sem comunicação, é impossível que haja uma troca de conhecimento, aprendizado porque o professor também aprende com o aluno, fazendo uma troca de conhecimentos.

O aluno surdo tem sua própria cultura, seus valores e crenças, assim como o professor, mas, quando o aluno pergunta ao professor, através de uma pessoa que a entende, se ele sabe algo sobre a cultura do surdo, o professor não sabe, ao menos, o que dizer, fica nervoso, embora o aluno surdo já tem a resposta clara, viu na expressão do rosto que este professor não sabe nada a respeito do surdo. A cultura é importante e necessária, neste caso, o professor nada sabe do surdo e a comunicação, o aprendizado, os direitos se encontram apenas no papel.

No caso, o objetivo da pedagogia é direcionado a nós surdos e ele consiste em nos apresentar o homem ouvinte, falante, capaz de entender e incorporar todos os significados de uma língua oral. Nele se percebe que o objetivo é ensinar os surdos a serem ouvintes. Neste ensinar a objetividade não deixa espaço para a subjetividade. Não há espaço para a construção da subjetividade surda, nem espaço para ser diferente do ouvinte e dessa forma se exclui qualquer idéia de cultura surda, pois a modernidade guarda o conceito único de cultura (GLADIS, STROBEL, 2009, p.10,11).

Segundo as autoras Gladis e Strobel, com o avanço da sociedade acarretando a modernidade, o surdo, apesar de ter seus direitos assegurados por leis, continua sendo imposto a seguir o modelo ouvinte, o surdo tem sua cultura, mas ainda é desconhecida pela maioria da sociedade. A cultura surda, apesar de existir há séculos, ainda é desconhecida por muitos, inclusive, professores que ensinam em escolas inclusivas.

A partir do momento em que o professor se dispõe a ensinar, ele deve ter a consciência de que é mediador, é responsável por passar o conteúdo para os alunos e, em se tratando do aluno surdo, o professor deverá ter a qualificação necessária para mediar tal conhecimento e se não houve, pelo menos, uma base do que é a Língua brasileira de Sinais, como será a comunicação entre ambos? Segundo (Stumpf, 2009 apud, Vygotsky). “A linguagem é o veículo primordial da mediação. É com a comunicação linguística que o homem ressalta aquilo que é importante em seu contexto social”.

É necessário que o professor saiba não somente como se comunicar com o aluno surdo através da Libras, mas também conhecer a cultura, tudo o que envolve o aluno para saber como mediar o ensino dentro da sala de aula. Acreditando que seja preciso que o professor se interesse pela cultura do outro buscando aprender, qualificando-se, para que haja a comunicação, o desenvolvimento, não só apenas do aluno, mas do educador, para que venha crescer dentro ambiente de trabalho. Considerando que a comunicação apresenta suas falhas e que não tem intérprete, ambos ficam sem comunicação, lembrando que o intérprete não é o responsável pelo aprendizado do aluno, apenas interpreta o que o professor explica o método é do professor.

Desta forma, podemos notar uma inclusão fácil, difícil é uma inclusão verdadeira e um apoio para auxiliar a aula dos professores a presença do intérprete, professores com mais qualificação e, até mesmo, profissionais de salas de recursos multifuncionais que são espaços onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado. (AEE).

#### **4 AUSÊNCIA DO AEE NA ESCOLA, ATENDIMENTO QUE POSSIBILITA NOVOS CONHECIMENTOS PARA ALUNOS SURDOS**

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço que organiza recursos pedagógicos, que dá acessibilidade que ajuda os alunos a terem plena participação, considerando suas necessidades especiais. O AEE é uma sala de recurso que pode ajudar o aluno que tem necessidades especiais, mas, para que isso aconteça, é necessário fazer parte da organização da instituição.

Existe a lei que garante os direitos dos alunos surdos e pessoas deficientes terem acesso ao Atendimento Educacional Especializado, no decreto nº 7.611/11. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.

Art.3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I- promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

O AEE tem como objetivo melhorar o aprendizado dos alunos surdos para que eles tenham mais acesso à educação, de acordo com as suas necessidades, e possam diminuir as dificuldades que há em relação ao ensino e à aprendizagem, mas, para que tudo ocorra tal como a lei estabelece, é preciso que as instituições se posicionem, queiram mudança e busquem o que pode ser melhor para os alunos surdos e também para outros deficientes.

A escola municipal inclusiva de ensino regular de Sumé/PB não oferece o AEE, o que seria importante para os alunos surdos, uma vez que teriam acessibilidade a novos conhecimentos com profissionais qualificados que os ajudariam a se desenvolver, conforme fossem trocando idéias, orientando, ajudando nas atividades escolares etc. Não se trata de um reforço escolar ou complementação, e sim, apenas um suporte, um apoio, como no ensino da Libras, no caso surdo, acesso ao computador, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico, o ensino da segunda língua, a Língua Portuguesa. O professor que atua no AEE, assim como o da sala de aula, interagem no sentido de ajudar os alunos nas atividades escolares. Ressaltando que a diretora não está informada no quesito AEE.

É direito dos alunos com necessidades especiais terem esse acesso e dever da Secretaria de Educação providenciar, por meio de uma demanda. É direito do aluno surdo e é



obrigatório ter a assistência do AEE na escola, em um espaço próprio para o atendimento, pois a prefeitura não se organiza para que os alunos tenham esta ajuda fora da sala de aula. Se há uma verba direcionada para tal programa, a escola deveria se organizar para obter o AEE, vemos que isso não acontece na Escola Municipal de Sumé, onde se encontram quatro (04) alunos surdos inclusos na escola, sendo que um aluno desistiu de estudar.

A inclusão da escola de ensino regular se mostra muito falha, com relação à educação para o surdo. Aqui, cabe a questão: como aprender se a escola não está organizada, adaptada para os alunos surdos? Por que não cumprem a lei que está decretada? Como se desenvolver se o ensino não tem qualidade? A escola inclusiva necessita de profissionais qualificados para atuarem na sala de aula, com o uso de metodologias compatíveis com a forma que os surdos podem aprender. Ocorre que os professores que atuam na escola, em Sumé, não conhecem a lei, não têm formação na área da Língua Brasileira de Sinais e a instituição não dispõe de nenhum intérprete.

Diante de dos problemas que a escola enfrenta, em relação à educação inclusiva, percebe-se que, para fazer parte de uma educação inclusiva, faz-se necessário muito investimento, por parte do governo, faltam políticas públicas que incluam os surdos no ensino regular, ou seja, falta compromisso com a educação dos surdos.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi necessário passar por muitas dificuldades, inclusive, aprender outra língua, a de sinais, que é distinta, até então, totalmente desconhecida. Houve a necessidade de adentrar no assunto da pesquisa, de modo que ocorresse a comunicação com a orientadora, pois a mesma é surda.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, proporcionando a compreensão e argumentação da inclusão dos surdos, na escola de ensino regular da Cidade de Sumé /PB. De acordo com Vieira (2009, p.5), “Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa [...]. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória”. Desta forma, o pesquisador deve deter-se apenas a detalhes que sejam importantes e valiosos para a investigação, como a descrição, obtendo o resultado final do processo de investigação.

Para um bom resultado da pesquisa, foram necessários instrumentos importantes de coletas de dados, neste caso, foram necessárias entrevistas e caderno de campo, em que foi relatada toda a observação feita. A entrevista permite uma aproximação com o sujeito pesquisado e ao entrevistador melhores informações, que esclarecem dúvidas através do entrevistado.

Na concepção de Bogdan e Biklen (1999 p.134):

[...] A entrevista tem como objetivo recolher dados que possam ser descritivos e na linguagem do sujeito que esta sendo questionado, onde permite que o investigador venha a desenvolver sua intuição para buscar entender a forma como os sujeitos vêm o mundo.

O caderno de campo é parte importante para registrar as informações observadas durante a pesquisa, possibilitando aos sujeitos investigados mais conforto, pois se encontram no lugar em que se situam. Perante esta investigação, o investigador não pode se envolver ao ponto de vir a ser inconveniente no momento da observação, constringendo os sujeitos que estão sendo pesquisados. Na observação, o pesquisador não participa, apenas observa. Segundo Richardson (1999, p 260), “Nesse tipo de observação, o investigador não toma parte dos conhecimentos do objeto de estudo como se fosse um membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador”. Para que se tenha um melhor entendimento, um conhecimento com relação ao cenário da pesquisa, é preciso revisar algumas literaturas de autores que são especializados na área objeto deste estudo.

## 5.1 O CENÁRIO EMPÍRICO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em 2015, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas, localizada à rua Antônio Cazuzza, no bairro Alto Alegre, em Sumé-PB. Instituição educacional que pertence à rede Municipal de ensino.

O estudo foi construído a partir da entrevista com 03 alunos surdos que estão incluídos na referida escola e 05 professores que lecionam para alunos surdos.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos, por fazerem parte da instituição, os alunos surdos inclusos em uma escola de ensino regular e os professores porque ensinam para os alunos surdos e a diretora que faz parte da gestão da escola. Para não expor os sujeitos da pesquisa, optamos por nomes distintos dos nomes reais.

**Quadro 1 - Perfil dos alunos surdos que estudam na escola Presidente Vargas**

ALUNOS	SEXO	IDADE	SÉRIE	RESIDÊNCIA
Aline	F	31	EJA- 6º ANO	ZU
Allan	M	39	EJA- 6º ANO	ZU
Andressa	M	47	EJA- 6º ANO	ZU

**Fonte:** Arquivo próprio

**Quadro 2– Perfil dos professores da Escola Presidente Vargas**

NOME	SEXO	DISCIPLINA
ANDERSON	M	CIÊNCIAS
CAROLINA	F	INGLÊS
MESSIAS	M	PORTUGUÊS
EDNA	F	MATEMÁTICA
BRUNA	F	GEO., HIST. e ARTES

**Fonte:** arquivo próprio

**Quadro 3– Perfil da diretora da Escola Presidente Vargas**

NOME	SEXO	PROFISSÃO
SANDRA	F	DIRETORA

**Fonte:** arquivo próprio

Os alunos surdos da escola responderam a uma entrevista semiestruturada, as perguntas e respostas foram respondidas através da Língua Brasileira de Sinais, filmada e, em

seguida, transcrita para a Língua Portuguesa. A realidade dos estudantes surdos incluídos na escola de ensino regular foi analisada através da observação em campo e, logo após, foi registrada em um caderno de campo. Dessa forma, as aulas foram observadas sem haver interferência nem opiniões, apenas eram feitas anotações no caderno detalhando, considerando-se essa técnica mais sensata para a pesquisa, possibilitando uma melhor análise das informações.

Os professores e a diretora da escola responderam a uma entrevista semiestruturada, em que as perguntas foram registradas através de gravação e, logo após, transcrita para a Língua Portuguesa.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS

Ao analisar como o processo de inclusão acontece na Escola Municipal Presidente Vargas, percebe-se a necessidade que há de um intérprete para os surdos que estudam no 6º ano do EJA (ensino para jovens e adultos). O ensino para surdos é feito para estes alunos, de maneira que não fica tão claro quanto para os demais alunos ouvintes. É difícil aprender sem ter intérprete, que é um direito dos surdos, um direito constitucional, mas que, nem sempre, é cumprido.

Houve a investigação para saber como se dá a relação aluno e professor nesse processo inclusivo. A comunicação é muito difícil, os professores não têm a formação adequada para ensinar alunos surdos, não sabem nem o alfabeto manual, a cultura surda, nada sabem sobre ela ou muito pouco, alguns até tentam se comunicar usando alguns gestos.

Os professores aplicam suas metodologias na sala de aula de forma simples e tradicional, usam o livro, quadro e atividades impressas. As metodologias usadas, de certa forma, ajudam o surdo: é possível ler no livro, usam o quadro para fazer anotações das páginas respostas de questões, mas o que complica é a própria comunicação direta entre professor e o aluno, o que não ocorre de forma clara, ou não acontece, por parte de alguns professores da instituição. Os professores não demonstram interesse em tentar ajudar, pelo menos por gestos, já que não sabem Libras. Não dá para generalizar, há as exceções.

Existe a parte da aula e que é mais difícil para os alunos surdos, que é a hora da explicação. O que fazer nesta hora? Apenas ficar olhando o movimento dos lábios? Como aprender desta forma, sem intérprete? A esposa de um dos surdos auxilia, de forma voluntária, todas as aulas, servindo de intérprete, mas ela não é profissional, nem recebe para tal função, o que não está certo. Quando a mesma vai, os surdos se mostram mais entusiasmados, conseguem acompanhar as aulas, mas, quando ocorre de a mesma faltar, os surdos ficam perdidos. Percebe-se, na maioria dos professores, que não há muita preocupação em se comunicar com o grupo de surdos, “a esposa de um deles já está com tal função”.

Os professores desconhecem a lei que garante que os direitos dos alunos surdos sejam respeitados no ensino da escola regular. Os professores ensinam a alunos surdos, mas não sabem o que lhes é de direito, como a presença de um intérprete, por exemplo. O professor tem obrigação de saber Libras para poder se comunicar com os alunos, tratar o Português como segunda língua. Por motivo e necessidade de manter a ética, foram usados nomes distintos, não os identificando.

*Não nunca li a lei, já ouvi falar, mas falar não é lei e nem tenho aprimoração para falar sobre ela, não peguei ainda, sei que eles temos direitos agora assim nem todos e que é regulamentado eu sei só não sei quais são esses ainda. (Professora Bruna).*

*Conheço pouco também não tenho muito conhecimento em relação a eles não, pelo que eu li algumas coisas sobre isso sei que eles têm algumas determinadas eventualidades que eles têm diretos de fato, mas especificamente diante da lei eu não tenho conhecimento em relação a ela no termo lei eu sou um pouco leiga ainda como funcionam algumas determinadas leis para eles específicas. (Professor Anderson).*

Com relação ao que foi citado acima, vemos que os professores não conhecem a lei que garante os direitos dos surdos, não sabem quais os direitos que estão regulamentados por lei. É de extrema importância conhecer, ler para saber tudo o que envolve o aluno surdo, desta forma, mostram-se desinteressados por algo que faz parte da vida escolar do aluno surdo, desconhecem a lei, a cultura e metodologias. Esses elementos fazem parte do processo de inclusão, afirma o autor:

Nessa escola, o surdo é participante de programas educacionais voltados para ouvintes e elaborados por ouvinte [...], sem qualquer participação de surdos, e, portanto, sem considerar o seu modo de viver: sua cultura, sua língua, suas necessidades e seus interesses. Machado (2006, p.49)

Verifica-se que o ensino é desigual, comparando-se o surdo e o ouvinte. Os surdos não têm suas necessidades supridas, seus valores observados, não lhes dão condições de se desenvolverem como ocorre com os alunos, em geral. Existe um processo de inclusão na escola de ensino regular, mas os alunos surdos passam despercebidos no quesito atenção, respeito, cultura, língua e direitos.

Nesse processo de inclusão os alunos surdos são avaliados de forma diferente dos alunos ouvintes, o que foi identificado, constatado que os professores levam em consideração a dificuldade que os alunos têm para escrever corretamente, já que a Língua Portuguesa é a segunda língua para os surdos. Os alunos, muitas vezes, escrevem “engolindo” letras ou não colocam a resposta completa, mas os professores consideram certa a resposta ou meio certa,

nunca incorreta, só se realmente for algo que esteja errado, mas, ao contrário, os professores entendem que os surdos entenderam o assunto e sabem o que eles querem passar para o papel.

Professores comentam em sala de aula que os alunos surdos são inteligentes, esforçados, dedicados e querem realmente aprender, entregam as atividades antes dos outros, obtêm boas notas, o que dificulta é a comunicação, os professores não têm qualificação para ensinar aos alunos surdos, não têm noção da Língua Brasileira de Sinais (Libras), nem do que significa “sinais”, que é algo importantíssimo para a comunicação dos surdos, faz parte da cultura surda que os professores desconhecem. Percebemos na fala do autor: “*Estes questionamentos ocorrem porque essas pessoas não conhecem e não sabem como é o mundo dos surdos e fazem suposições errôneas acerca de povo surdo. Quando a palavra “surdo” é mencionada, que imagens vêm a mente das pessoas?*” . STROBEL (2008, p.21)

Professor sabe a língua brasileira de sinais? Como afirma algo que desconhece, assim como desconhece a diferença que há na didática e a metodologia para ensinar ao surdo? Assim, como mostram as falas dos professores:

*Alguma coisa que estou aprendendo com meus alunos, não tenho curso. (Professora Edna)*

*Não, eu tenho apenas o conhecimento superficial da língua, mas utilizar a língua em si não. (Professora Carolina)*

*Não, não sei me comunicar de nenhuma forma pelos sinais. (Professor Messias)*

Como vemos nos depoimentos acima, os professores não sabem Libras, não têm o conhecimento necessário, não sabem se comunicar com o uso de sinais. Como ensinar sem saber Libras? Como eles sabem que o aluno é inteligente?

Os professores falam como se conhecessem os surdos, falam da sua inteligência, embora desconheçam a cultura, a comunidade dos surdos seus valores e educação.

*Muito pouco não tenho muito conhecimento [...] nunca tive o contato imediato estou tendo esse ano que teve esse com esse pessoal que teve esse parecer hoje na escola (Professora Edna);Um pouco estou me aprimorando um pouco porque estou trabalhando com eles. (Professora Carolina)*

Face ao exposto, podemos perceber o quanto a educação é falha. Colocar os alunos surdos em uma escola e chamar de inclusão é fácil, mas, para tanto, é necessário capacitar os professores que ensinam a estes alunos, pois os professores não conhecem a própria cultura do surdo. A preparação não deve surgir de imediato, mas, a partir do momento em que vão lecionar para alunos surdos, isso é algo necessário, aprender em sua formação, ou buscar uma formação. É importante, também, conhecer uma metodologia adequada para tentar passar o conhecimento para os alunos surdos, o que usar para facilitar a interação entre professor e aluno.

Isso pode ser constatado na fala de alguns professores entrevistados:

*A metodologia é a mesma que eu dou para os ouvintes embora tenha algumas diferenças que eu tento levar para eles diferenciadas para que eles possam absorver os conteúdos (Professora Edna)*

*Na maioria das vezes quando eu quero explicar algo para eles eu me comunico através da lousa. (Professor Messias)*

*Na verdade eu tento dentro dos gestos que nós usamos normalmente eu tento gesticular no caso da série que temos aís tem um aluno faz a leitura labial e muitas vezes preço para que ele passe para a colega os outros colegas pedem informações a ele eu já presenciei várias vezes ele tentando transmitir para os colegas é dessa forma que temos trabalhado (Professora Carolina)*

Segundo o que foi explicado na fala dos professores, a metodologia usada na sala de aula, na maioria das vezes, é através do gesto, quadro, entre outros elementos que não são eficientes para ensinar a alunos surdos. Gesto não é língua, pois o aluno surdo pode ficar um tanto angustiada com o professor que se restringe a apontar as coisas, não deixando muito claro o assunto abordado em sala. Os surdos têm sua própria língua, sendo ela oficial, o professor deverá buscar meios para se qualificar mais fazendo cursos de Libras, tornando-se mais profissional. Não há como acontecer uma evolução do aluno porque o professor simplesmente volta a atenção apenas para os ouvintes, porém, essa situação é bastante complicada para os surdos. De acordo com Machado (2006, p.47).



Os surdos percebem a abordagem de ensino utilizada na escola regular [...] além de ser ruim para sua aprendizagem, obrigava-os apenas a copiar, provocava uma desvantagem em relação ao aluno ouvinte e um entrave para a comunicação com professores e colegas ouvintes.

Os professores acreditam que os surdos são iguais aos demais que são ouvintes e aplicam a mesma metodologia. O aluno somente olha e copia, o que faz com que ocorra uma desvantagem no aprendizado do aluno surdo, em relação ao aluno ouvinte, isso torna o ensino ruim. Os professores não se comunicam e pensam que existe evolução, que o aluno surdo tem ensino de qualidade em uma escola de ensino regular. Percebe-se a opinião dos professores nos depoimentos:

Quando questionados se os alunos conseguem se desenvolver em uma escola inclusiva, os professores apresentaram as seguintes respostas:

*Pelo que eu tenho conhecimento assim que eu to acompanhando eu vejo que eles têm sim condições de acompanhar uma escola inclusiva [...] eles estão se dando muito bem pelo meu vê [...] não tenho o jogo de sinais, mas mesmo assim eles conseguem acompanhar o que eu estou falando. (Professor Messias)*

*Eu creio que sim porque eu vejo que eles são mais interessados [...] se eu passar uma avaliação eles tiram nota boa entendeu mesmo sem estarem ouvindo a forma que eu explicar a eles consegue se desenvolver bem aquela atividade. (Professora Edna)*

Esses depoimentos evidenciam que os professores acreditam que, através do ensino inclusivo, os surdos conseguem realmente aprender, desenvolverem-se, mesmo não tendo o suporte necessário. O professor cita “não tenho jogo de sinais”, o mesmo quis se referir à Libras, como pode ocorrer um desenvolvimento se na sala não há a primeira língua do surdo, a língua que é materna? Em seguida, uma das professoras fala que, ao passar uma avaliação, os alunos são bem sucedidos, mas, como ela avalia tais alunos se eles não escutam, os professores não sabem Libras, como podem se desenvolver sem comunicação? Como podemos ver, nos depoimentos, cada aluno foi representado com nomes que iniciam com a letra A., ficando assim designado: Aline, Allan e Andressa.

*Não acontece a comunicação [...] quando mudei para a escola inclusiva não tem comunicação é difícil é impossível, é verdadeiro. (Aline)*

*Eu não falo nada só em libras, professor não sabe libra só fala barulho é difícil aprender. (Allan)*

*É muito difícil a comunicação não tem comunicação os professores só falam e eu sou surdo não entendo nada é muito difícil professor não sabe libras precisa lutar para conseguir um intérprete para esta escola inclusiva. (Andressa)*

Através das falas, podemos notar como é difícil a comunicação entre professor e aluno, neste caso, vemos que não há comunicação, os alunos falam em Libras, são surdos, os professores ouvintes, sem qualificação, além disso, não têm nenhum conhecimento básico sobre a língua que é materna dos surdos. Como obter uma comunicação se ambos têm línguas distintas? Segundo Machado, 2006, p.50, “*os alunos surdos são prejudicados, pois não tem o uso adequado nas escolas. Considerando que os surdos mostram muita dificuldade no uso adequado dessa língua nas escolas, acabam ficando muito prejudicados em relação a quantidade e qualidade das informações*”.

A língua trabalhada é exclusivamente o Português, assim como todas as informações e conhecimentos. O Português é a segunda língua para os surdos, dessa forma, como eles vão aprender em um ensino de escola regular se não é mudado o método de ensino? Este e muitos fatores influenciam na má qualidade da educação, causando prejuízos para o aluno surdo. Os alunos surdos não só têm dificuldade na disciplina de Português, mas também nas demais como História, Geografia, Ciências, dentre outras.

A dificuldade e não evolução é porque em tudo se tem o Português, os livros são de outras disciplinas, mas são escritos em Português. Cabe aos professores mudarem a metodologia para tentar fazer com que os alunos aprendam de alguma forma e, quando não acontece tal mudança, os alunos ficam prejudicados. Nota-se o quanto é difícil aprender as disciplinas, como expressam os depoimentos:

*É difícil pesquisar eu não consigo porque quem vai ajudar? O professor não ajuda ai fica difícil pesquisar [...] matemática é difícil pesquisar não consigo, aprendo, mas é difícil. (Aline)*

*É difícil português, matemática, ciências, história eu não consigo aprender porque o professor só fala e eu não entendo nada é muito difícil eu me sinto mal como vou aprender alguma coisa eu não aprendo nada. A aprendizagem não é muito boa é ruim. (Andressa)*

Como foi expresso pelos alunos surdos, é difícil aprender tantas disciplinas quando se tem a segunda língua como predominante, não há como entender se o professor somente fala e os surdos não escutam. A comunicação não se faz presente durante as aulas e a aprendizagem acaba sendo muito ruim ou não há aprendizagem. Os professores falam que o aluno (A3) consegue fazer leitura labial os ajudando durante a aula com os outros dois surdos.

*[...] Na sala temos um aluno que faz a leitura labial e, muitas vezes, peço para ele passar para a colega os outros colegas pedem informações a ele eu já presenciei várias vezes ele tentando transmitir para os colegas é dessa forma que temos trabalhado. (Professora Carolina)*

Com base no depoimento do professor, nota-se que o aluno consegue ajudar os outros dois surdos, repassando o que o professor quer transmitir, mas, se ele não entende tudo, fica difícil ajudar os colegas, pois, todos estão no mesmo patamar. Ressaltando que a responsabilidade de ensinar é do professor e o mesmo não pode sobrecarregar um aluno surdo com assuntos que ele não entende, pois este não consegue se desenvolver, porque não entende o suficiente para ter um aprendizado de qualidade, neste caso, é importante um intérprete na sala de aula. Esse depoimento do surdo evidencia o quanto é necessário um intérprete:

*Eu me sinto mal a escola de ouvintes é ruim preciso de um intérprete para agente aprender porque professor só fala, eu sinto que temos que lutar para conseguir um intérprete e o surdo aprender melhor precisa de um intérprete. (Andressa)*

O intérprete é a solução para o melhor desempenho dos alunos surdos, falam escola de inclusão, como? Se o mais importante para que a torne inclusiva está faltando, o direito do aluno está no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentado no art.1º da lei nº 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002. Esta lei assegura o direito da cidadania da identidade do surdo, mas, infelizmente, em alguns setores, não está sendo cumprida. Com relação aos trechos apresentados abaixo, os alunos surdos expressam a falta de respeito para com os seus direitos:

*Precisa de um intérprete na sala de aula para os alunos é meu direito é lei, é obrigatório se ter na sala de aula para os alunos surdos é meu direito. Pedi a diretora um intérprete para a sala, bom, ainda não resolveram nada. (Andressa)*

*Aqui na sala é meu direito ter um intérprete, precisa lutar para conseguir um intérprete, porque aqui na escola inclusiva é difícil a comunicação eu preciso de um intérprete é meu direito de ter na sala de aula [...] já avisei a diretora eu já pedi um intérprete [...] falam que vão resolver [...] ainda nada. (Aline)*

Os depoimentos demonstram como se encontram desvalorizados os direitos dos surdos, nota-se que eles não têm voz nem vez, com relação ao que precisam para uma aprendizagem de qualidade, se está assegurado por lei, constando na constituição, por que não são cumpridos, conforme o decreto? Diante de tantos questionamentos, vemos que a inclusão não é tudo o que os surdos acreditavam e nem tudo o que a política de educação nos faz acreditar ser, neste caso, inclusão dos surdos em uma escola de ouvinte, tratando como algo bom para os surdos. Vale lembrar um trecho do poema: “Lamento oculto de um surdo”.

Assim como reflete Strobel (2008, p.106), apud Shirley Vilhalva, 2004:

*[...] Quantas vezes eu levantei a mão para expor minhas idéias e você não viu. Só prevaleceram os seus objetivos ou você tentava me influenciar com a história de que a lei agora é essa... E que a Escola de Surdo não pode mais existir por estar no momento da “Inclusão”. Eu fiquei esperando mais uma vez... Em meu pensamento... Ser surdo de Direito é ser “ouvido”... E quando levanto minhas mãos e você me permite mostrar o melhor caminho dentro de minhas necessidades.*

A educação precisa melhorar, reconhecer os direitos dos alunos surdos, respeitá-los, conforme estabelece a lei, precisa-se de professores com mais qualificação que saibam como se comunicar, como transmitir o conhecimento, novas metodologias, conhecer a cultura, a comunidade para acontecer uma interação professor e aluno. É importante o intérprete para que haja desempenho, evolução. Tais fatores são necessários para que se tenha uma escola inclusiva de verdade e não apenas o nome, como se isso foi analisado.

Percebemos as falhas da educação, segundo os depoimentos dos alunos surdos que não se sentem incluídos na escola de ensino regular. Os professores falam o oposto, que inclusão é bom, que há desenvolvimento por parte dos surdos, mas não vêem que em suas próprias palavras dizem o contrário. Sem comunicação, não há desempenho. Sem intérprete, não há aprendizagem. Um aluno faz oralização e consegue entender tudo, mas, não tem como ocorrer evolução, aprendizagem clara e verdadeira com relação aos surdos.

É evidente que os alunos surdos necessitam do AEE para que possam se desenvolver durante sua permanência na escola. Essa questão foi esclarecida durante a entrevista com a Diretora da escola. O objetivo era saber os motivos de não ter o AEE na escola.

*Porque [...] acreditamos na inclusão. A gente fala tanto na inclusão e a gente inclui traz o aluno surdo para uma turma de aluno ouvinte, a gente fala em incluir a partir do momento que a gente tira o aluno e vou dizer que eles ficam em uma sala especial eu to excluindo? Não, estou incluindo, estou trabalhando a exclusão e eles tem que tá recebendo esse atendimento nessa sala multifuncional que deveria ser no horário oposto eu não concordo [...] não tem necessidade dessa sala multifuncional na escola. Não há necessidade. O que a secretaria deveria fazer e o que a gente cobra é um intérprete que aí vai inserir eles, tanto na questão do entendimento das explicações das aulas, como também na língua de sinais a libras e não a sala multifuncional que a gente não tem recursos para isso, eu trabalho com a realidade o intérprete seria viável. (diretora Sandra)*

Diante da entrevista da diretora, vemos que, na escola, campo de atuação deste trabalho, não existe preocupação com a educação dos surdos, que não entende a necessidade

dos mesmos e que é importante cobrar. A Secretaria de Educação precisa incluir, e não apenas colocar o aluno surdo em uma sala de ouvintes sem nenhuma assistência, sem se preocupar com seu desenvolvimento, sua aprendizagem, incluir é muito mais que isto, é se juntar com a causa dos alunos e, juntos, lutarem para uma educação melhor e fazer valer a pena a profissão que escolheu, já que faz parte de uma gestão que se diz prezar por uma educação melhor.

É importante cobrar a presença do AEE na escola, sempre reivindicando à Secretaria de Educação, na tentativa de saber o porquê de não ter a sala multifuncional na escola, se é algo decretado por lei. Fizemos a seguinte pergunta à Diretora da instituição, com relação ao AEE. Você já informou à Secretaria de Educação que a escola precisa do AEE?

*Não, a gente não concorda, até o MEC hoje em dia nem recurso eles mandam, eles primam pela inclusão, incluir os alunos juntamente com os outros e não separadamente é tanto que aqui tinha uma sala multifuncional e foi extinta. (diretora Sandra)*

O que se percebe é que a Diretora não está bem informada sobre os assuntos dos alunos surdos e, tão pouco, demonstra preocupação em buscar recursos que melhorem um pouco mais o ensino da instituição. Reconhecemos que a culpa não é apenas da Diretora, mas sabemos que a gestão escolar tem a responsabilidade de procurar se inteirar dos assuntos que dizem respeito ao seu local de trabalho, principalmente em se tratando de aprendizado. Em sua fala, afirma que o AEE separaria os surdos dos ouvintes, o que demonstra que ela não está informada que a sala multifuncional funciona em horário oposto e é muito importante para um melhor desempenho, na hora de aprender na sala de aula. A gestão da escola falta buscar conhecimento, pois é necessário conhecer a política pedagógica.

## 6.1 RESULTADO E DISCUSSÕES

A educação precisa melhorar bastante para que seja mudado o cenário da escola inclusiva, em que os alunos surdos estão incluídos. As falhas são muitas e perceptíveis, como por exemplo, os direitos dos surdos não são reconhecidos, falta intérprete, AEE, cultura dos surdos na sala de aula, coordenadores que tenham conhecimentos dos assuntos relacionados com os alunos surdos, falta, professores com formação.

Diante dos relatos da análise de dados, notamos que a instituição não está preparada para receber alunos com surdez ou demais deficiências. Os professores não estão qualificados para lecionar para alunos surdos, não há como alcançar objetivos sem que ocorra ensino adequado para a necessidade que estes alunos precisam, enfim, inexistência de aprendizagem.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente e está constatada na história a luta dos surdos por seus direitos, lutas que se iniciaram na antiguidade, mas que, até os dias atuais, existem resquícios. Os surdos eram pessoas desclassificadas da sociedade, tratadas como incapazes de se manter em meio social, aprender a se comunicar e, até mesmo, uma severa punição, a morte. Hoje, ainda há preconceito e exclusão, apesar de dizerem que incluem todos, mas os fatos demonstram outra realidade e, até nos dias atuais, é necessário a mobilização dos surdos, na luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

No decorrer de toda a história, percebe-se que a sociedade impunha que o padrão da normalidade era que todos tinham que ser ouvintes, por isso, houve várias tentativas da oralização, na busca de tornar as pessoas surdas que se adequassem à sociedade, pois o “normal” é todas as pessoas serem iguais, ter um mesmo modelo, assim, não haveria preocupação em saber o que seria melhor para os surdos, sem escolhas eram obrigados a aceitar o que lhes era imposto, com relação à oralização. Os ouvintes queriam que fosse desenvolvido a fala dos surdos, a parte linguística, sem considerar o que seria melhor para eles, era exatamente o que os ouvintes definiam como algo bom.

Os surdos chegaram a obter conquistas da sua própria língua, mas, tudo o que foi conquistado veio a ser desconstruído após o Congresso de Milão em 1880, sob a alegação de que o oralismo seria melhor para os surdos. Houve muito sofrimento para os surdos, mas eles conseguiram mostrar que são capazes como os ouvintes, o que muda somente é a audição, e com o surgimento da Língua de Sinais, conseguem se comunicar através das mãos.

Hoje, o que mais se discute com relação aos surdos é a lei que garante os direitos que os mesmos devem ter. A política de educação acredita que a inclusão de alunos surdos é a melhor escolha para se alcançar o aprendizado, na intenção de igualar as mesmas capacidades dos alunos ouvintes as dos alunos surdos, sem levar em consideração que os surdos, apesar de terem a mesma capacidade, têm outras necessidades. Na visão dos ouvintes, incluir é a melhor proposta para os surdos.

A pesquisa feita na escola Municipal Presidente Vargas acerca do tema “O Desafio da Inclusão dos Alunos Surdos na Escola Municipal: Um estudo crítico da realidade da educação inclusiva em Sumé/ PB” mostra o quanto a educação inclusiva precisa de reparos que não só incluir, mas capacitar todos os que fazem parte da instituição para receber estes alunos que têm outras necessidades. Problemas muito graves que interferem diretamente no aprendizado desses alunos foram detectados, durante a investigação, podemos citar como um dos



principais a falta de intérprete e de professores que não têm capacidade de ensinar, pois não sabem como se comunicar, não têm conhecimento da cultura surda, da lei que garante o direito dos surdos na educação, também vemos o desrespeito com os alunos surdos que, muitas vezes, são esquecidos por parte de alguns professores. Outro problema que os surdos enfrentam é o fato de não terem sua língua materna reconhecida, a Libras.

Diante destes fatos, percebemos que não há um aprendizado por parte dos alunos surdos, a inclusão não é levada a sério, na instituição, tal como prescreve a lei que reconhece os direitos dos alunos surdos. Os alunos precisam desenvolver outras habilidades e, para tanto, é necessário, e de direito, terem salas do AEE, que é o Atendimento de Educação Especial, mas, em Sumé, não tem e os responsáveis que deveriam se interessar em conquistar esse projeto não o fazem.

Sempre almejamos por uma educação melhor em que a inclusão seja verdadeira e de qualidade para que toda essa luta que vem persistindo, há anos, seja conquistada, os objetivos sejam alcançados, sonhos realizados e todos os direitos dos surdos respeitados.

## REFERÊNCIAS

- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.(p.56).
- BOGDAN, Robert C; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação.** Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1991(p.134).
- BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. (p.78).
- BRASIL. Decreto 5626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.14.
- DECRETO nº 7.611. De dezembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- HORT, Ana Paula Ficher, HORT, Ivan Carlos. **Educação especial e inclusão escolar.** Editora Uniasselvi, 2009 (p.23).
- Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. Dispõe a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- LIMA. Niédja. **Inclusão Escolar de Surdos:** O dito e o Feito. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011 (p.148).
- MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/ inclusão:** Um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008 (p.18,39)
- MACHADO, Paulo Cesar. **Integração/ Inclusão na escola regular:** um olhar do egresso surdo. QUADROS, In: Ronice Muller (org.) Estudos Surdos. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2006 (p. 49-61)
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis-UFSC, 2008 (p.16)
- PERLIN, Gladis. STROBEL, Karin. **Teorias da Educação e Estudos Surdos.** Florianópolis-UFSC, 2009 (p.10-11).
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social.** 3.ed. São Paulo:Atlas, 1999 (p. 260).
- SILVA.Vilmar. Educação de surdos: Uma releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Muller (org) **Estudos Surdos.** Petrópolis: Ed. Arara Azul, 2006.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed.2 UFSC, 2008 (p. 16,106).

STROBEL, Karin. **A História da Educação dos Surdos**: Cronograma de História de Surdos. Florianópolis, 2009 (p.18 –22).

STUMPF, Marianne. **Educação de surdos e novas tecnologias**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009 (p. 9).

VIEIRA, Sônia. **Como Elaborar Questionários**. São Paulo. Atlas, 2009 (p. 5).

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO PARA COLETA DE DADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE VARGAS – SUMÉ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA**

Eu, Lucinéia Alves da Silva, venho, mui respeitosamente, solicitar a V. Sa. autorização para coleta de dados para realização da pesquisa inicialmente intitulada, *O Processo de Inclusão de alunos surdos no Município de Sumé/PB*, realizada como requisito para elaboração do Trabalho de Conclusão de Licenciatura de Ciências Sociais, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Professora Joyce Gomes de Alencar.

A citada pesquisa utilizará como amostra os 3 alunos surdos da escola inclusiva Municipal Presidente Vargas e objetiva compreender esse processo a partir da realidade vivenciada.

**Consentimento do Voluntário**

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, ....., aceito participar desta pesquisa, desde que assegurando o anonimato. De minha parte, faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Sumé .....

Assinatura do participante

Sumé /PB

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE DE CAMPINA GRANDE – UFCG**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Prezado (a) Sr. (a),

Eu, Lucineia Alves da Silva, como aluna do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, Campus de Sumé, pretendo desenvolver uma pesquisa na Escola Municipal Presidente Vargas, para fins da pesquisa de monografia (Processo de Inclusão de alunos surdos no Município de Sumé – PB), estando esclarecido que seu objetivo é analisar como se dá o processo de aprendizagem de alunos surdos incluídos no sistema Municipal de Ensino em Sumé - PB. Inicialmente, intitulada uma pesquisa exploratória, qualitativa, referente ao Processo de Inclusão dos Surdos na Escola sob orientação da prof<sup>a</sup> Joyce Gomes de Alencar (pesquisadora responsável)

O (s) motivo (s) que nos levam a estudar o assunto é verificar como os alunos surdos se desenvolvem, estudando em uma escola de ouvintes, como se dá a relação entre professor e aluno, como eles são avaliados, qual metodologia aplicada. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Orientador (a)

**Consentimento**

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, ....., como Diretora aceito de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé .....

Assinatura da direção

## **APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA**

### **ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DOS ALUNOS SURDOS**

#### **Dados pessoais:**

##### **Idade:**

- 1-** Onde você aprendeu a Língua Brasileira de Sinais (Libras)?
- 2-** Por que você optou por uma escola inclusiva?
- 3-** Como consegue se comunicar com os professores?
- 4-** Você consegue aprender todo o conteúdo das disciplinas? Como classificaria sua aprendizagem, boa, ruim ou regular?
- 5-** O que você acha que falta na sala de aula?
- 6-** O aluno surdo tem seus direitos respeitados com relação à sala de aula?
- 7-** Você já solicitou um intérprete à diretora para a sala de aula?



## **ENTREVISTA DOS PROFESSORES**

- 1-Você sabe Língua brasileira de Sinais (Libras)?**
- 2-Você conhece a cultura dos surdos?**
- 3-Você conhece a lei que regulamenta os direitos dos surdos?**
- 4-Como é a relação professor e aluno surdo?**
- 5-Como aplica a metodologia para ensinar aos surdos?**
- 6-Em sua opinião, os alunos surdos aprendem em uma escola inclusiva?**

**ENTREVISTA DA DIRETORA**

- 1- Você conhece o AEE?
- 2- Por que na escola não tem o AEE?
- 3- Você já informou a secretaria de educação?
- 4- Por que a escola não se organiza para que tenha o AEE?